



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 102/X/4.^a

Aos trinta dias do mês de Junho do ano dois mil e nove reuniu, pelas quinze horas e quinze minutos, na sala três, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Audição obrigatória dos Peticionários (Comissão de Trabalhadores da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (CNT-DGAIEC) e outros) da Petição n.º 581/X, "Solicitam que a Assembleia da República promova o debate necessário sobre os vínculos, carreiras e remunerações dos trabalhadores da DGAIEC";
2. Calendarização dos trabalhos da Comissão;
3. Apreciação do Parecer relativo à **Proposta de Lei n.º 254/X (ALRAM)** – Acréscimo ao montante das prestações de desemprego, através de alterações ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro - Deputada autora do parecer: Isabel Coutinho (PS);
4. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 780/X (PS)** - Estabelece o regime jurídico do trabalho no domicílio - Deputado autor do parecer: Miguel Santos (PSD);
5. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 781/X (PS)** - Conselhos de Empresa Europeus - Deputado autor do parecer: Pedro Mota Soares (CDS-PP);
6. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 786/X (PS)** - Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro - Deputado autor do parecer: Miguel Santos (PSD);
7. Apreciação da Redacção Final do **Projecto de Lei n.º 637/X (PS)**, que aprova o Estatuto do Profissional de Enologia;
8. Apreciação da Redacção Final do **Projecto de Lei n.º 372/X (PSD)**, que cria o Regime Especial de Protecção de Crianças e Jovens com Doença Oncológica;
9. Apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audição urgente do Senhor Inspector-Geral do Trabalho a propósito dos falsos recibos verdes na Autoridade para as Condições do Trabalho;



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

10. Discussão e votação na especialidade do Projecto de Lei n.º 640/X (PSD) - “Alteração do Regime de Apoio ao Acolhimento Familiar”;
11. Discussão do **Projecto de Resolução n.º 468/X (PCP)** - Cria um plano de emergência social para o distrito de Aveiro.

NOTA: Distribuição das seguintes iniciativas:

- **Projecto de Lei n.º 837/X (PCP)** – Institui uma verdadeira mobilidade entre os serviços da Administração Pública;
- **Projecto de Lei n.º 838/X (PCP)** – Reforça os direitos dos trabalhadores em caso de procedimento disciplinar;
- **Projecto de Lei n.º 839/X (PCP)** – Repõe a garantia do exercício da actividade sindical da Administração Pública;
- **Projecto de Lei n.º 842/X (BE)** – Altera a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, de forma a atribuir aos trabalhadores da Administração Fiscal o vínculo de nomeação.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), iniciou a reunião explicando que, verificado um ligeiro atraso por parte dos peticionários, passar-se-ia ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, uma vez que o documento relativo à calendarização dos trabalhos da Comissão estava também a ser ultimado para posterior distribuição aos Senhores Deputados.

A Senhora Deputada Isabel Coutinho (PS) apresentou de forma sucinta o Parecer relativo à Proposta de Lei n.º 254/X (ALRAM) - Acréscimo ao montante das prestações de desemprego, através de alterações ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro. De seguida, foram submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

No quarto ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) apresentou o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 780/X (PS) – Estabelece o regime jurídico do trabalho no domicílio, após o que foram submetidas à votação as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) apresentou de forma resumida o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 781/X (PS) – Conselhos de Empresa Europeus. Concluiu referindo que, na conferência de líderes do passado dia 25 de Junho, aquela iniciativa legislativa, juntamente com os Projectos de Lei n.ºs 780 e 786/X (PS), tinha sido, por unanimidade, reagendada para o dia 3 de Julho, por ainda não ter decorrido o prazo de consulta pública. Esclareceu que, na anterior reunião da Comissão, quando fez a chamada de atenção para esse facto, teve em consideração a defesa da imagem da Assembleia da República. De seguida, foram submetidas à votação as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

No sexto ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) apresentou o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 786/X (PS) – Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, após o que foram submetidas à votação as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

No sétimo ponto da Ordem de Trabalhos, a redacção final do diploma que aprova o Estatuto do Profissional de Enologia foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE, tendo sido aceites as alterações de redacção sugeridas na Informação n.º 468/DAPLEN/2009, de 22 de Junho, no sentido de aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, foi aprovada por unanimidade a redacção final do Projecto de Lei n.º 372/X (PSD), que cria o Regime Especial de Protecção de Crianças e Jovens com Doença Oncológica, registando-se a ausência do BE, tendo sido aceites as alterações de redacção sugeridas na Informação n.º 462/DAPLEN/2009, de 24 de Junho, no sentido de aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

De seguida, antes de passar para o ponto dois da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Comissão teceu alguns esclarecimentos sobre a Proposta de Lei n.º 284/X, que autoriza o Governo a alterar o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro. Passou então para o ponto dois da Ordem de



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Trabalhos, tendo feito distribuir uma proposta de calendário dos trabalhos da Comissão, sublinhando o facto de não estarem agendados trabalhos para as segundas-feiras e, tanto quanto possível, os trabalhos da Comissão não se prolongarem pela noite.

O Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) começou por tecer um comentário geral a propósito da proposta de calendário, referindo que será manifestamente difícil fazer apreciações e discussões com qualidade em tão curto espaço de tempo. Após este comentário, solicitou que os agendamentos dos trabalhos tivessem em consideração os Senhores Deputados que não residem em Lisboa, pelo que considerou uma boa ideia a não marcação de qualquer reunião às segundas-feiras.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) pediu a palavra para fazer um ponto prévio sobre a aprovação da proposta de lei, que autoriza o Governo a alterar o Código de Processo de Trabalho. No entender do Senhor Deputado, a preterição das audições, nomeadamente, ao Conselho Superior de Magistratura e à Ordem dos Advogados podem originar uma inconstitucionalidade formal do diploma, pelo que gostaria que ficasse bem claro que o Grupo Parlamentar do CDS-PP tem sérias dúvidas sobre o procedimento seguido. Em relação à calendarização dos trabalhos da Comissão, referiu que a Comissão deveria tentar ouvir aqueles que solicitaram audiências, mas considera que esse esforço não deverá ser feito mediante a concentração numa audição a um parceiro social de seis matérias distintas, o que não permite uma discussão séria e aprofundada sobre nenhuma delas. Levantou ainda a questão das reuniões da 12ª Comissão, à qual também pertence, decorrerem às quartas-feiras de manhã, pelo que terá dificuldades em participar nas reuniões agendadas para esse período. Por último, solicitou que fosse definida uma hora para o fim dos trabalhos.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) solicitou a palavra para referir que, ao invés do Senhor Inspector Geral do trabalho, deveria ser convocado o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, que querendo se poderia fazer acompanhar pelo Senhor Inspector.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Senhor Presidente da Comissão sugeriu então que os trabalhos da Comissão não se prolongassem para lá das 20h e, no que diz respeito aos detalhes da calendarização dos trabalhos, sugeriu que os Senhores Coordenadores se reunissem no dia seguinte para acordarem a agenda. Finalmente, no que se refere ao agendamento de trabalhos para as segundas-feiras, referiu que por regra tal não irá acontecer, com exceção da eventual marcação de uma reunião no dia 20 de Julho, se tal for considerado necessário.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) concordou com a realização da audição ao Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, mas referiu que seria importante que o Sr. Inspector Geral do Trabalho pudesse vir dado que existem duas ou três questões que convinha saber o seu entendimento. Finalmente, solicitou que não fosse marcado nada para o dia 10 de Julho á tarde, porque já assumiu compromissos anteriormente que não poderá desmarcar e que o impossibilitam de estar presente.

O Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) referiu que seria importante realizar todas as audiências solicitadas a esta Comissão.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) solicitou a palavra para começar por aludir à alteração ao Código do Processo de Trabalho que, no seu entender, padece de inconstitucionalidade por vício de forma. Do mesmo modo, aproveitou para referir que não existem condições para uma discussão e votação séria do Código Contributivo.

O Senhor Presidente da Comissão deu então por terminado este ponto da Ordem de Trabalhos, remetendo para a reunião do dia seguinte a fixação do calendário. De seguida, passou para o ponto nove da Ordem de Trabalhos, dando a palavra ao Senhor Deputado Jorge Machado (PCP).

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou sucintamente o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audição urgente do Senhor Inspector-Geral do Trabalho a propósito dos falsos recibos verdes na Autoridade para as Condições do Trabalho.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) pediu a palavra para referir que o PS tem defendido que nestas situações, quem deverá vir responder pela alegada situação existente deverá ser o Senhor Ministro e não o Inspector Geral do Trabalho.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) referiu que não é exactamente a mesma coisa e lembrou que aquando da anterior vinda do Senhor Ministro foi-lhe colocada essa questão e ele não respondeu, pelo que o melhor seria solicitar a presença de quem lidera o serviço.

O Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) aludiu a que o Grupo Parlamentar do PSD está de acordo com este requerimento e solicitou ao PS que esclareça o seu sentido de voto sobre este requerimento.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu que nos termos em que foi apresentado o PS irá votar contra o requerimento. No entanto, solicitou que se o requerimento fosse reformulado no sentido de ser ouvido o Senhor Ministro, então o PS votaria favoravelmente.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) referiu que o Senhor Ministro já foi interpelado sobre este assunto e remeteu para o Senhor Inspector Geral do Trabalho, pelo que é uma perda de tempo voltar a convocar o Sr. Ministro. Termos em que mantém o requerimento nos exactos termos em que foi apresentado.

O Senhor Presidente submeteu à votação o requerimento apresentado pelo PCP, o qual foi rejeitado, com votos contra do PS e votos a favor do PSD e do PCP, registando-se a ausência do CDS-PP e do BE.

De seguida, o Senhor Presidente da Comissão deu conta que o ponto 10 da reunião, no qual se iria discutir e votar na especialidade do Projecto de Lei n.º 640/X (PSD) - "Alteração do Regime de Apoio ao Acolhimento Familiar" será adiado, dado que a Senhora Deputada Maria do Rosário Carneiro teve uns contratemplos informáticos e não pode remeter atempadamente as propostas de alteração do PS ao projecto em causa.

No décimo primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, teve lugar a discussão do Projecto de Resolução n.º 468/X (PCP) – Cria um plano de emergência social para o distrito de Aveiro, que foi integralmente registada em suporte áudio e da qual será elaborada uma informação que, acompanhada do respectivo Projecto de Resolução, será enviada por ofício a Sua Ex.^a o Presidente da Assembleia da República para efeitos do agendamento da sua votação em Plenário, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às dezoito horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de Julho de 2009.

O PRESIDENTE,

Alberto Arons de Carvalho



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Arons de Carvalho
Arménio Santos
Costa Amorim
Custódia Fernandes
Esmeralda Salero Ramires
Isabel Coutinho
Isabel Santos
Jorge Machado
Jorge Strecht
Maria José Gamboa
Miguel Laranjeiro
Miguel Queiroz
Miguel Santos
Pedro Mota Soares
Pedro Quartin Graça
Maria de Lurdes Ruivo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Maria Cidália Faustino
Mariana Aiveca

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Helena Oliveira